



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	A Lei de Drogas brasileira como política pública: uma análise dos processos legislativos de sua constituição
Autor	IVONE DOS PASSOS MAIO
Orientador	MARCELO KUNRATH SILVA

Título: A Lei de Drogas brasileira como política pública: uma análise dos processos legislativos de sua constituição

Bolsista: Ivone dos Passos Maio – UFRGS

Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva – UFRGS

Resumo: Desde de sua primeira legislação de drogas em 1934, o Brasil vem sendo influenciado pelo paradigma proibicionista. Nos últimos anos, observa-se um crescimento do movimento social antiproibicionista que tem denunciado o fracasso da política proibicionista e buscado propor alternativas a ela. Nesse contexto, parte-se do pressuposto de que as diferentes abordagens sobre a política de drogas refletem-se também no congresso nacional, sendo o objetivo deste trabalho analisar o processo de desenvolvimento e aprovação da Lei 11.343/2006, considerando seu conteúdo bem como as coalizões em disputa no poder legislativo. Para responder este objetivo, procura-se reconstruir os passos que levaram a aprovação da nova Lei de Drogas, com a coleta e a análise de dados secundários relacionados a L11.343/2006. Os documentos analisados foram obtidos nos sites oficiais das casas legislativas federais e incluem relatórios de comissões parlamentares, projetos de lei, emendas parlamentares, discursos de parlamentares e textos de lei, compreendendo o período de 2002 a 2006. A categorização e análise dos dados se dá com a ajuda do software NVIVO. A principal ferramenta teórica é o conceito de fluxos múltiplos de John Kingdon, dando especial atenção aos atores do congresso nacional e suas diferentes interpretações no fluxo dos problemas relacionados às drogas e quais os fluxos das soluções propostas. O fluxo da política, permeia a análise destes outros fluxos, dado o local institucional da disputa. A análise apresentada aqui é parte de um projeto mais amplo que concentra seus esforços em descobrir o motivo do relativo fracasso do movimento antiproibicionista no sentido de influenciar a política de drogas no Brasil, durante os mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores. A etapa de análise dos dados encontra-se, nesse momento, em andamento. Seus resultados preliminares indicam que apesar da nova legislação de drogas ter tido sua aprovação no Governo Lula, a iniciativa da proposta de sua revisão tem origem na Comissão Mista Especial de Segurança Pública do Senado Federal – composta durante o governo FHC. O trabalho desta comissão tem como resultado um Projeto de Lei no Senado que, após aprovação sem alterações, segue para a Câmara Federal, onde é alvo de diversas disputas em torno de seu conteúdo. É na Câmara Federal, durante o governo Lula, que se desenha mais claramente uma coalizão mais e outra menos proibicionista, sem que se apresente propostas formais antiproibicionistas, como a descriminalização das drogas, por exemplo. Com relação ao usuário de drogas, a questão do tratamento compulsório parece ser uma das principais divergências no fluxo das soluções. Assim, já é possível perceber que, no processo legislativo, os parlamentares envolvidos construíram diferentes diagnósticos e prognósticos em relação à política de drogas, que parecem aproximarem-se no que tange ao endurecimento penal para os crimes relacionados ao tráfico de drogas e divergir nas considerações sobre o usuário.